

TÍTULO PROFISSIONAL DE TREINADOR DE DESPORTO, CÉDULA DE TREINADOR DE DESPORTO E ENTIDADES FORMADORAS CERTIFICADAS

Actualmente o regime de acesso e exercício da actividade de treinador de desporto, em Portugal e para qualquer actividade física e desportiva, está regulamentada através do Decreto-Lei n.º 40/2012, onde a “actividade de treinador de desporto compreende o treino e a orientação competitiva de praticantes desportivos, bem como o enquadramento técnico de uma actividade física ou desportiva, exercida:

- a) Como profissão exclusiva ou principal, auferindo por via dela uma remuneração;
- b) De forma habitual, sazonal ou ocasional, independentemente de auferir uma remuneração.”

De acordo com esta legislação “é obrigatória a obtenção de título profissional válido para o exercício da actividade de treinador de desporto em território nacional.” Isto significa que quem exerce actividade como treinador ou monitor de surf tem de obter e manter válido o título profissional de treinador de desporto.

1. Vias para obtenção do Título Profissional de Treinador de Desporto (TPTD)

O TPTD necessário para a obtenção da Cédula de Treinador de Desporto (CTD), que permite a prática da actividade de treinador, está associado a 4 graus de formação que permitem diferentes funções. Esta especificação de funções permitidas relativamente a cada grau tem como consequência, para as escolas de surf em Portugal, a necessidade de estas terem um treinador com (no mínimo) a CTD grau II para ser director técnico da mesma e para supervisionar as sessões e todos os outros treinadores com (no mínimo) a CTD grau I para conduzirem as sessões, mas sob coordenação de um treinador com CTD de grau superior.

Existem quatro vias de acesso ao TPTD, através da aprovação em uma delas:

- a) Cursos Treinador de Desporto da Federação Portuguesa de Surf (FPS)
- b) Equivalências da Formação Académica superior, na área das Ciências do Desporto
- c) Qualificação Obtida no Estrangeiro
- d) Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) anteriormente adquiridas.

Os Cursos Treinador de Desporto da Federação Portuguesa de Surf estão a ser remodelados e devem ser aprovados pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) em Janeiro de 2014, estando previsto o início do próximo curso para o primeiro trimestre do próximo ano. A formação será de 80 horas e 1 época desportiva de estágio para o grau I, terão 120 horas e 1 época desportiva de estágio no grau II e terão 180 horas e 1 época desportiva de estágio, para o grau III. Existe a possibilidade dos cursos e as acções de formação serem efectuadas por outras entidades, além da FPS, mas “a certificação das entidades formadoras que ministrem acções de formação para treinadores de desporto segue os trâmites da Portaria n.º 851/2010, de 6 de Setembro, sendo a entidade competente para a certificação o IPDJ, caso contrário o título profissional não será válido.

Para obter Equivalência via Formação Académica superior é necessário no mínimo a licenciatura em Ed. Física ou Desporto, com especialização em surf e homologação do

respectivo curso por parte do IPDJ (processo a decorrer por parte de algumas instituições do ensino superior).

Relativamente à Equivalência das Qualificações Obtidas no Estrangeiro, existe um processo diferenciado para os cursos efectuados na EU e de estados não membros que sejam signatários do Acordo EEE (Liechtenstein, Noruega, Islândia e Suíça) e o reconhecimento de qualificações de nacionais de países terceiros. Em todos os casos é necessário que os respectivos cursos sejam reconhecidos pelo IPDJ, em função dos conteúdos e das cargas horárias.

Os processos de RVCC terão em consideração as competências adquiridas em contextos de formação não formal e nas capacidades para cumprir as tarefas fundamentais desta actividade, em função do regulamento próprio.

2. Emissão da Cédula de Treinador de Desporto

Uma vez obtido o TPTD, é emitida a Cédula de Treinador de Desporto (CTD). A responsabilidade da emissão da CTD é do IPDJ a qual tem uma validade de 5 anos.

Actualmente, a CTD é emitida através da plataforma online denominada PRODesporto, a que o treinador acede individualmente, criando o seu próprio perfil, cabendo à FPS a confirmação posterior do pedido.

3. Exercício ilegal da actividade

“É ilegal o exercício da actividade de treinador de desporto por quem não seja titular do respectivo título profissional válido, podendo o profissional ser interditado de exercer essa actividade em território nacional pelo período máximo de dois anos.”

“A entidade formadora que exerça a actividade de formação, sem ter sido certificada, pode ser interditada de exercer essa actividade em território nacional, pelo período máximo de dois anos, com o encerramento coercivo das respectivas acções de formação em curso.”



Miguel Moreira
Consultor Técnico
Formação Treinadores
Equipa Nacional e Alto Rendimento